

# Fundo Horizon compra a Euroscut Açores por 40 milhões de euros

O Fundo de infraestruturas Horizon, de Sérgio Monteiro e Nuno Alves, avançou para a compra da Euroscut Açores em parceria com o fundo RiverRock, num investimento de 40 milhões de euros, revela o jornal ECO, citando fonte conhecedora da operação.

A Euroscut Açores é uma concessão que opera um troço de 94 km na ilha de S. Miguel e liga Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande ao Nordeste.

A finalização do negócio da Euroscut Açores — uma Concessão adjudicado em 2006 e é a única autoestrada concessionada na Região Autónoma dos Açores — estará agora sujeita a um conjunto de autorizações, nomeadamente da Autoridade da Concorrência, dos bancos financiadores e do próprio concedente, isto é, a Região Autónoma dos Açores.

A aquisição é feita pelo Fundo Horizon e pelo Fundo RiverRock, que em Portugal detém já 12% do Capital da Subconcessionária do Pinhal Inte-



rior.

O Fundo Horizon, por seu turno, já detém, nos Açores, 40% da concessionária que detém o Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, para além de 50% do capital da concessionária do Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, para além de outros activos na área da

energia, conclui o ECO.

Recentemente, a Euroscut Açores procedeu à instalação de 2.085 metros lineares de barreiras acústicas, estrategicamente colocadas e divididas em 7 tramos em várias zonas da via rápida, decorrendo da implementação de um Plano de Acção (para mitigação

do ruído) aprovado pela Autoridade competente na sequência de medições efectuadas de acordo com a legislação aplicável nesta matéria, segundo anunciou a empresa.

De acordo com a Sociedade Concessionária da Scut dos Açores, “as barreiras visam reduzir o nível sonoro, mitigando os efeitos do ruído em residentes (receptores sensíveis)”, avançando que “para o caso deste Plano de Acção, será melhorada a zona particular da Circular a Ponta Delgada e o Tramo Ponta Delgada-Lagoa.”

“Para a zona particular, foram levados em consideração os aspectos ambientais e estéticos”, garante a concessionária, elucidando que “foi adoptada uma solução inédita no nosso país: uma barreira que não afecta as aves e que ficará coberta de vegetação, transformando-se assim num habitat.” “Trata-se de um investimento superior a 3 milhões de euros, integralmente suportado pela concessionária”, afirma a Euroscut Açores.

## 25% da população açoriana está em risco de pobreza

Em Portugal, 16,4% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2021, menos 2,0 p.p. do que em 2020 (18,4%) e menos 2,6 p.p. do que em 2015 (19,0%), revelou ontem o INE.

De entre os vários grupos populacionais, em Portugal são as crianças e os idosos que com maior frequência são afetados pelo risco de pobreza: 18,5% da população com menos de 18 anos e 17,0% da população idosa viviam em risco de pobreza em 2021, face a 15,6% da população em idade ativa.

Desde 2015, o risco de pobreza diminuiu principalmente no caso das crianças (menos 3,9 p.p.), que constituíam o grupo populacional mais afetado em 2015 (22,4%).

O risco de pobreza afecta os homens e as mulheres de forma distinta, atingindo 16,8% das mulheres e 15,9% dos homens em 2021, o que reflecte o retrocesso do aumento registado no primeiro ano da pandemia Covid-19, mais gravoso para as mulheres (mais 2,5 p.p. entre 2019 e 2020) do que para os homens (mais 1,9 p.p.) e o retorno à disparidade entre sexos registada em 2015 (0,9 p.p.).

O risco de pobreza continua a atingir uma percentagem considerável de pessoas empregadas (10,3% em 2021, menos 0,9 p.p. do que em 2020 e menos 0,6 p.p. do que em 2015).

### As variações nos Açores

Por região NUTS II, enquanto a taxa de risco de pobreza na Área Metropolitana de Lisboa era 10,4%, subs-

tancialmente inferior ao valor nacional, o Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira registavam as taxas de risco de pobreza mais elevadas (respectivamente, 22,1%, 25,1% e 25,9%).

A região do Algarve foi a região NUTS II em que a taxa de risco de pobreza mais aumentou em relação a 2017, com um acréscimo de 3,5 p.p., e a Região Autónoma dos Açores aquela em que mais diminuiu (-6,5 p.p.). Em comparação com 2020, o risco de pobreza diminuiu em 2021 em todas as regiões do continente, exceto no Algarve, e aumentou principalmente nas Regiões Autónomas (mais 3,2 p.p. na Região Autónoma dos Açores e mais 1,7 p.p. na Região Autónoma da Madeira).

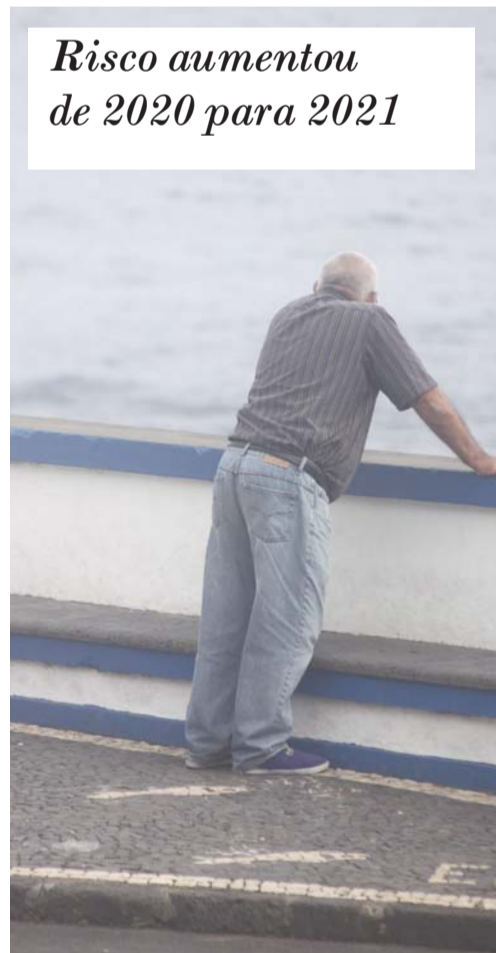
### Redução de pensionistas

O rácio “pensionistas da pensão de velhice da Segurança Social por 1000 residentes com 65 ou mais anos” reduziu-se em quase 10% entre 2015 e 2021, principalmente na região do Algarve (menos 13,5%) e na Região Autónoma da Madeira (menos 14,3%).

No mesmo período, a evolução do rácio entre o número de pensionistas da pensão de invalidez da Segurança Social em relação à população ativa situou-se em 28,9%, pouco abaixo dos 30%, principalmente na Área Metropolitana de Lisboa (menos 36,2%).

Em 2022, 32,0% do total de pessoas desempregadas à procura de novo emprego recebiam subsídio de

*Risco aumentou de 2020 para 2021*



desemprego (menos 3,7 p.p. do que no primeiro ano da pandemia Covid-19 e menos 0,5 p.p. do que em 2015).

Todavia, contrariamente ao que sucedeu em 2015, em 2021 verificou-se uma percentagem superior de mulheres (33,9%) face a homens (29,7%) desempregados à procura de novo emprego, que recebiam subsídio de desemprego.

Tal como em 2015, a faixa etária

com maior proporção da população desempregada à procura de novo emprego que recebia subsídio de desemprego era a dos maiores de 55 anos (51,3% em 2022).

### Condições de vida

A proporção da população residente que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento diminuiu de 0,9% em 2015 para 0,4% em 2022, principalmente no caso da população em risco de pobreza (2,4% em 2015 e 1,3% em 2022).

Em 2021, a percentagem da população com acesso à água segura era praticamente de 100% em todo o território, tendo observado um ligeiro acréscimo desde 2015 (era 98,6% e passou a 99,0%).

A proporção total das despesas públicas em serviços essenciais (educação, saúde e protecção social) aumentou entre 2015 e 2021 (de 61,6% para 63,9%).

No entanto, entre 2019 e 2020 este indicador observou um ligeiro decréscimo pois, embora as despesas públicas com serviços essenciais tenham aumentado em 2020 (como seria expectável, dada a situação de pandemia), o crescimento da despesa pública total foi muito superior, impulsionado pela despesa relacionada com “assuntos económicos” (nomeadamente os apoios às empresas no período de confinamento), justificando a perda de peso relativo dos serviços essenciais, conclui a publicação do INE.